

## **EUCALIPTIZAÇÃO: um processo de especialização do Extremo Sul da Bahia?**

### **EUCALIPTIZATION: a process of specialization of the South Extremity of the Bahia?**

**Sebastião P. G. de Cerqueira Netto**  
cerqueiraneto.mg@gmail.com

**Sylvio Bandeira de Mello e Silva**  
sylvioms@ucsal.br

**Resumo:** Os primeiros registros da introdução do eucalipto no Brasil datam do século XIX, onde as primeiras espécies foram utilizadas no reflorestamento da floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro. Depois de mais de três séculos de sua implantação no Brasil o eucalipto continua despertando grandes debates que assumem direções opostas onde as correntes antagônicas procuram justificar suas ideologias. Entende-se que nesta questão deveria haver relevância posturas que pautassem pela moderação, tendo em vista que os agentes contrários estão definidos no espaço, onde não há a possibilidade, pelo menos em curto espaço de tempo, o desaparecimento de nenhuma das partes. É necessário que se construa uma relação harmônica para que se evite, inclusive, conflitos físicos entre as pessoas. A monocultura do eucalipto no Extremo Sul representa a continuidade dos empreendimentos do Sudeste brasileiro na região. A entrada do eucalipto nesta região se deu na divisa com o estado do Espírito Santo. Depois de iniciar suas atividades no município de Aracruz (ES) em 1967, a Aracruz Celulose S.A. irá expandir suas plantações em direção ao Norte do estado até alcançar a Bahia, pelo Extremo Sul. Em seu trajeto o eucalipto vai transformando a economia, a sociedade e a paisagem dos lugares.

**Palavras-chave:** Extremo Sul da Bahia. Eucalipto. Desenvolvimento.

**Abstract:** After more of three centuries of its implantation in Brazil eucalipto it continues provoking great debates that assume opposing directions where each current search to impose its ideology. We understand that in this question a dialogue must have relief that's privileged for the moderation in a relation that already is established and we do not see in short space of time the disappearance of none of the parts, that they need to coexist harmonic, also, so that if it prevents physical conflicts between the people. The cultivation of eucalipto in the South Extremity represents the continuity of the enterprises southeastern Brazilian in the region. The entrance of eucalipto in this region if gave in the verge with the state of the Espirito Santo. After initiating its activities in the city of Aracruz (YOU ARE) in 1967, Aracruz Celulose s.a. it will go to expand its plantations in direction to the North of the state until reaching the Bahia, for the South Extremity. In its passage eucalipto goes transforming the economy, the society and the landscape of the places.

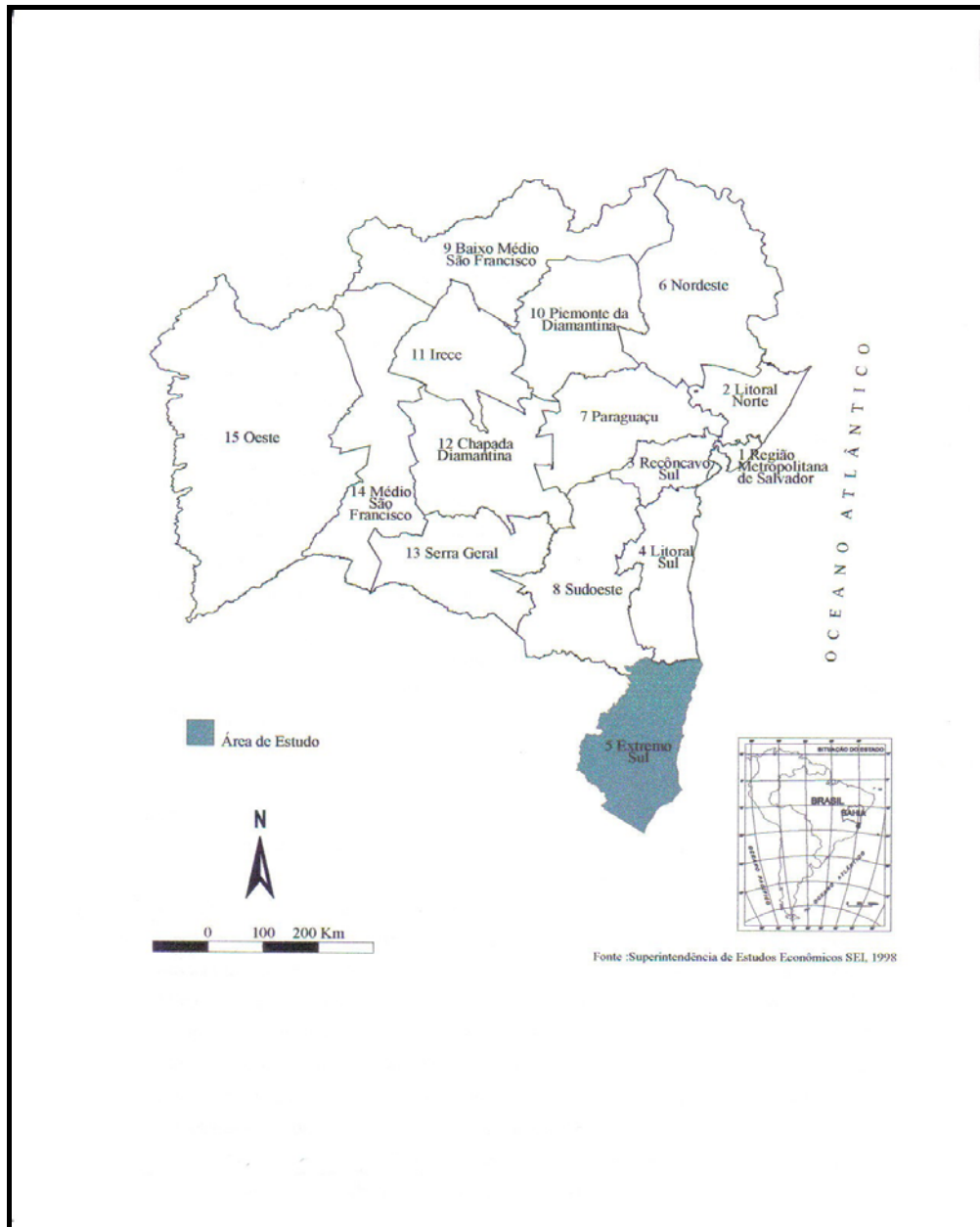
**Keywords:** South Extremity of the Bahia. Eucalipto. Development.

## **Introdução**

Este artigo é parte de uma tese de doutorado que está sendo construída sobre o processo de desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia (Mapa 1), que pode ser entendido como uma região econômica classificada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) ou como um Território de Identidade, de acordo com os últimos estudos realizados pela Secretaria de Cultura de Estado da Bahia. Em estudos sobre o desenvolvimento de uma região, um lugar ou um país, cada pesquisador escolhe o caminho que julga mais adequado as suas necessidades para atingir seu objetivo. É extensa a lista de variáveis que estão dando novas configurações ao Extremo Sul Baiano. Contudo, neste artigo foi destacado o seguimento do Complexo Floresta-Indústria de Papel e Celulose. Esta atividade econômica se ramificou por vários setores, como por exemplo, o da política, da economia, meio ambiente, no urbano e rural. Este texto sublinha a interferência das plantações de eucalipto no campo, onde, sem dúvida, é o território mais sensível em todos os sentidos.

Condensou aqui algumas analogias sobre o eucalipto plantado em outros lugares do Brasil com o objetivo de ajudar ao leitor a analisar como uma mesma atividade reage diferente dependendo da maneira que foi conduzida, da história, da cultura e do lugar onde está inserida. Aqui são referenciados os casos do município de Telêmaco Borba (PR), por ser uma das áreas mais antigas no cultivo do eucalipto no Brasil pelo Grupo Klabin, e o exemplo do município de Aracruz (ES), que é de onde parte o eucalipto em direção a Bahia. Os tópicos que seguem após os dois casos abordam o processo do que chamamos de eucaliptização no Extremo Sul da Bahia e seu reflexo na zona rural da região.

Em todo o texto o leitor poderá perceber que apresentamos uma escrita dialética, onde os benefícios da atividade do eucalipto estão contrapostas as influências negativas na sociedade e no espaço como todo. Não se trata de emitir valores contra ou a favor da eucaliptização, mas uma postura moderadora na análise deste novo ciclo econômico pelo qual passa o Extremo Sul Baiano.



Mapa 1 - Localização da área de estudos

### O município de Aracruz (ES)

Sob o olhar de Rosélia Piquet (1998), foi analisada a dinâmica do município de Aracruz depois que o mesmo se tornou uma área de desenvolvimento das florestas homogêneas. De acordo com Piquet (1998, p.114) “a implantação do complexo industrial no município de Aracruz, até então um obscuro e pobre município de base

econômica agrícola e madeireira, provoca intensa transformação de sua estrutura socioeconômica”. As características, obscuro e pobre, indicam inicialmente que o município de Aracruz era desvalorizado e sem perspectivas de crescimento, pois o município produtor de café, como a grande parte do estado, sofria com o plano de erradicação desta lavoura elaborado pelo Governo Federal no começo da década de 1960, causando um grande impacto nos trabalhadores rurais que perderam seus empregos.

Desvalorizada para algumas atividades agrícolas e com o fim das florestas naturais, as terras do município se tornam alvos dos investidores do setor de papel e celulose que contavam com empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. A injeção de capital no projeto Aracruz Celulose foi sendo feito periodicamente. Em 07 de Dezembro de 2006 o sítio do BNDES veicula a notícia de que a Unidade Industrial de Barra do Riacho, localizada em Aracruz (ES), recebeu R\$ 595,9 milhões se tornando a maior fábrica de celulose do mundo. Sendo que no período de 1988 a 1991 as obras de expansão da fábrica consumiram um bilhão e trezentos milhões de dólares.

Portanto, se analisar que este tipo de empresa causa tantos malefícios para os lugares que estão no seu entorno, então, terá que interrogar primeiramente o principal órgão fomentador da sua implantação e expansão, que neste caso é o BNDES. Seria o Governo Federal tão irresponsável ao destinar verbas para o setor do papel e da celulose somente pensando em geração de divisas, sem levar em consideração a melhoria de vida das comunidades ligadas ao empreendimento? Para Furtado (2001, p. 420),

é natural que nos interroguemos sobre o que houve de errado no comportamento dos dirigentes de nosso país, ou até que ponto a responsabilidade pelo impasse que nos encontramos pode ser imputada a forças externas que condicionam os nossos centros de decisão.

Ou, também, isso é pode fazer parte da praxe da relação que existe entre as grandes empresas e estados de países que possuem uma conduta política onde a ética social tem pouca relevância, onde as primeiras “agem conforme a organização e a orientação do grupo político dominante e o sistema econômico mais ou menos favorável à atuação das mesmas”, como afirmava Andrade (1998, p.85).

Um outro questionamento é quanto a participação dos Estados e municípios neste processo. Enquanto estiverem somente na posição de beneficiários se tornam estereis

para pensar em outras possibilidades de desenvolvimento que não seja através da chegada de uma grande empresa. Em países onde há uma certa incapacidade de articulação que pense numa fórmula para diminuir os disparates fiscais dentro do seu território, Estados e municípios se tornam gladiadores em busca do seu principal projeto político, uma indústria que sustente sua população. Esta “fragilidade do poder público local é a contrapartida da hegemonia da empresa” (PIQUET, 1998, p.126).

Quanto a participação da empresa na transformação do espaço fica evidenciada através das suas áreas de plantios que substituem uma cultura ou ocupa uma área ociosa, da criação de bairros que assumem aspectos de pequenas cidades, da implantação do parque industrial, da colocação de “próteses” (SANTOS; SILVEIRA, 2005) que aumentam e melhoram a circulação de pessoas e mercadorias. Por outro lado, não se deve esquecer de que empresas como a Aracruz Celulose podem contaminar lençóis freáticos e o ar como ocorreu, no seu período inicial, na sua fábrica. E isto não é pouco se pensarmos nas conseqüências para o ser humano. Aí nenhum desenvolvimento se justificaria em detrimento da vida humana.

### **Telêmaco Borba: as florestas da Klabin**

Este segundo caso é um estudo realizado por Bacha (1998) que acompanhou a evolução da produção de papel e celulose no Brasil com dados de 1950 a 1993. Neste exemplo, que se refere a uma experiência de sucesso com a produção de eucalipto no estado do Paraná, outros antagonismos desta atividade econômica são postos em questão como, por exemplo, a extinção ou a redução de espécies da flora e da fauna. Bacha (1998, p.99) não nega que isto acontece, no entanto, ele assegura de que isto acontece em “qualquer atividade agrícola exercida em monocultura de grandes extensões”. Esta afirmação do autor nos coloca diante de algumas interrogações: a que se deve ao fato de as florestas homogêneas sofrer tantas contestações, sejam elas de cunho científico ou ideológico? Existe um interesse puro em proteger o meio ambiente e preservar sociedades rurais? Porque os outros tipos de monocultura caminham na sua expansão na mesma proporção ou até maior que a do eucalipto e, no entanto, não recebem contestações com a mesma veemência?

As *plantations* no Brasil ocorrem desde do seu período colonial onde se lutava não contra as grandes fazendas que cultivavam um único produto, mas contra o trabalho escravo. No Sul da Bahia não se questionava as áreas produtoras de cacau, mas, sim, o sistema da política coronelista. E na era da modificação genética de alguns grãos, também, não é contestada a imensidão de suas lavouras, mas a atuação da ciência ou a monopólio de uma empresa na área de agricultura e biotecnologia. Não se contesta aqui a importância histórica dos movimentos ambientalistas, afinal se temos grandes áreas preservadas no Brasil e no mundo é, em grande parte, devido a suas atuações. Por outro lado, entendemos que algumas posturas devem ser repensadas para que esses movimentos possam continuar contribuindo. “Não dá mais para pensar que basta proteger áreas para solucionar os problemas, porque os conflitos aumentam e resultam em casos e mais casos de violência e morte” (BECKER, 2005, p.13).

É preciso reconhecer que o mundo mudou e que as relações das grandes empresas com o meio ambiente também têm mudado. O consumidor moderno não se preocupa somente com o seu bem-estar, mas faz uma espécie de vigilância ambiental a distância sobre as empresas de quem compra. No seguimento de celulose e papel este comportamento não é diferente. De acordo com Bacha (1998, pp.121-122) “os consumidores acenam com uma preferência futura por celulose e papel oriundos de matas plantadas conduzidas com práticas ambientalmente adequadas”, ainda que o objetivo principal das empresas seja o lucro. Contudo,

expansão da consciência coletiva com relação ao meio ambiente e à complexidade das atuais demandas ambientais que a sociedade repassa às organizações induz a um novo posicionamento por parte das organizações em face de tais questões (TACHIZAWA, 2006, p.29).

Estes dois exemplos, Aracruz Celulose e da Klabin, mostram que uma mesma atividade econômica ou um empreendimento desenvolvido em lugares diferentes têm comportamentos, também, diferenciados. O seu funcionamento vai depender da “história do lugar, as condições existentes no momento da internalização (quando o que é externo a uma área se torna interno) e o jogo de relações que estabelecerá entre o que chega e o que preexiste” (SANTOS, 1996, p.47). Portanto, o eucalipto também terá repercussões desiguais nos lugares do Extremo Sul da Bahia.

### **Eucaliptização e especialização**

O geógrafo norte-americano J.J. Parsons, citado por Monteiro (1981), irá dizer que as pastagens no Brasil passaram por um processo de africanização. Tal termo foi empregado porque a maioria de nossos capins, que ocuparam grandes áreas de antigas florestas e outros biomas, é proveniente do continente africano. No Extremo Sul da Bahia pode-se dizer que houve uma eucaliptização, não porque o eucalipto ocupou grande parte do território, mas por ter se tornado uma referência econômica para a região. O eucalipto está distribuído da seguinte forma no Extremo Sul da Bahia:

A CAF Santa Bárbara Ltda, pertencente ao Grupo Arcelor Mittal (considerado o maior grupo siderúrgico do mundo), está presente no Extremo Sul da Bahia com o objetivo de produzir eucalipto para transformá-lo em carvão para abastecer os fornos da Belgo no município de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais. A empresa possui na região uma área total de 18.554 ha, sendo que 8.843ha são destinados para o plantio de eucalipto que abrange os municípios de Teixeira de Freitas, Caravelas, Prado e Alcobaça.

Uma outra grande empresa que, faz parte do Complexo Floresta-Indústria de Papel e Celulose, está instalada no Extremo Sul é a Suzano Papel e Celulose, que tem sua origem na Bahia Sul Celulose S.A. A unidade operacional de Mucuri (BA) entrou em operação no ano de 1992. Esta empresa tem plantações no Extremo Sul da Bahia e Norte do Espírito Santo, ocupando uma área total de 168.794 hectares. Na região os municípios que fazem parte do seu entorno são: Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Lagedão, Mucuri, Nova Viçosa e Teixeira de Freitas.

E por último, a Veracel. Esta empresa é o resultado de um longo processo de fusão que tem seu início do ano de 1991, onde o embrião é a Veracruz Florestal Ltda, uma subsidiária da Odebrecht. Em 1997, a Odebrecht se associa com a sueca Stora. E em 1999 a Stora se funde com a finlandesa Enso, tornando assim a maior fabricante de papel de celulose do mundo. Conforme os dados divulgados em seu relatório de sustentabilidade no ano de 2006, num estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas em 2007, as terras que a empresa ocupa estavam assim divididas entre os dez municípios baianos onde desenvolve suas atividades: terras totais da empresa = 205.364 hectares, onde 76,6 mil hectares destinados ao plantio de eucalipto, para reserva de

matas nativas foram delimitados 100 mil hectares (incluindo uma RPPN com 9,2 mil hectares) e mais 19 mil hectares foram adquiridos em 2006. A empresa conta ainda com 14,6 mil hectares que vêm da parceria com produtores particulares e tem perspectivas para que no ano de 2009 essa parceria produza 20% da madeira de que a Veracel necessita. Uma expansão que foi sempre apoiada pelo BNDES através de liberação de grandes quantias para o desenvolvimento dos projetos.

O estudo das empresas do eucalipto, nesta parte do território baiano, se torna essencial para compreender essa especialização, pois vêm se constituindo num vetor importante para entendermos uma nova configuração espacial e o desenvolvimento econômico provocados por elas. Atualmente, o Extremo Sul baiano, além de continuar sendo conhecido por suas belezas litorâneas e pela história da colonização do país, é, também, conhecido por ser uma região produtora e transformadora do eucalipto. Essas empresas fazem o mesmo trajeto das antigas madeireiras, entram pelo Extremo Sul baiano via Norte do Espírito Santo e Leste de Minas Gerais (pelo Vale do Mucuri). Elas também apresentam outra semelhança que é a composição do seu capital, ora nacional, ora multinacional, ambos com suas bases no Sudeste do país. Por mais burocrático que possa parecer relatar como se deu a fusão entre as empresas, a mudança da razão social, a aprovação de financiamentos, acordos entre governos e empresas, não se pode deixar de perceber que esses mecanismos influenciaram decisivamente na dinâmica dos meios urbano, rural e nos fragmentos de mata nativa da região.

### **Os caminhos da especialização**

Através do forte apelo capitalista da produção em série para o mercado, muitos lugares no mundo se especializaram para atender uma globalização questionada pela sua dinâmica desigual. Meios de transporte, de comunicação e aperfeiçoamento das malhas viárias são pensados para atender, principalmente a atuação das grandes empresas. “Com os meios rápidos e eficientes de transporte [as regiões] podem buscar em qualquer outro ponto do país e mesmo do Planeta aquilo de que necessitam” (SANTOS, 1996, p.50). A especialização apresenta também algumas contradições, porque, se de um lado ela promove um aumento na circulação de produtos e de pessoas, por outro



lado, pode causar a homogeneização dos lugares promovendo impactos negativos no meio ecológico e social.

Por todas as características que envolvem o processo de produção de celulose e papel na região, percebe-se que o Extremo Sul está num momento de especialização. A especialização parece ser uma estratégia fundamental para a sobrevivência e ou revitalização de algumas regiões que enfraquecidas política e financeiramente enxergam nas grandes empresas a única opção de desenvolvimento. Para Silva e Silva (2003, p.23) “a especialização produtiva passa a se constituir uma das opções gerais ao lado das diferentes formas de diversificação e integração da base econômica”, e, isto, não significa que toda a região irá sobreviver em função de uma única atividade, como no caso do eucalipto, mas esta atividade passa a ser considerada como a base para o aquecimento e o aparecimento de novas atividades direta ou indiretamente ligadas a ela. O outro lado da especialização é o perigo que toda mono-atividade econômica pode representar para o meio ecológico e social, causando a diminuição de espécies da fauna e da flora regional e a perda de empregos em outros setores da produção. No caso do eucalipto, o desaparecimento de pequenas áreas para o plantio de alimentos básicos e contribuindo para o êxodo rural e o inchaço das cidades. Para Andrade (1998, p.36),

a produção do espaço no modo de produção capitalista é altamente predatória, de vez que comandada e planejada por empresas privadas, sequiosas de lucro a curto prazo, não tendo preocupações de ordem social e ecológica, provocando a destruição da natureza, a degradação ambiental e o empobrecimento do homem.

Sobre a questão do êxodo rural na Bahia existe uma discussão muito interessante proposta por Guimarães que de uma certa maneira, desmistifica e contribui com uma nova visão do fenômeno, inclusive no Extremo Sul da Bahia. Segundo Guimarães (2002, p.185),

indubitavelmente, grande parte do pseudo êxodo sugerido pelos dados esteve diretamente associada aos deslocamentos não de pessoas, mas sim das canetas dos Poderes Executivo e Legislativo dos municípios – que assinaram as novas leis e decretos de criação de novos distritos e de expansão dos perímetros urbanos.

Durante o seu trabalho de campo no município de Teixeira de Freitas, Fontes (2007) elenca alguns resultados negativos da interferência da indústria de papel e celulose na região sul do Extremo Sul, como por exemplo, o êxodo rural; surgimento de

favelas, crescimento da miséria, violência e criminalidade; aumento de incidência de doenças infecto-contagiosas; ameaça a atividade pesqueira; e ao veraneio à beira-mar.

Raykil (2006) num estudo realizado na região de Eunápolis, em alguns distritos ao redor da fábrica da Veracel, destaca o êxodo rural como um fator preocupante decorrente da monocultura do eucalipto, no entanto, o autor, com muita propriedade, lembra que a falta de planejamento estatal contribui decisivamente para a saída do homem do campo para a cidade. Fica evidente que os governos federal, estadual e municipal se preocuparam apenas com o discurso desenvolvimentista, sem se ater aos problemas que este tipo de projeto poderia causar aos diferentes ambientes nesta região. Todo esse processo de eucaliptização da região deve ser questionado, pois a expansão do eucalipto no Extremo Sul da Bahia está ligada diretamente a raquitização político-econômica, principalmente dos municípios. É a típica situação de lugares que só vêm nos agentes endógenos sua saída para o desenvolvimento.

Nunes (2002, p.194) pergunta “se a indústria de celulose funciona de forma dinâmica na região, ou se constitui apenas um enclave que só faz exaurir recursos e capital enviando-os para fora do país?”. Uma preocupação que não se restringe somente às empresas do eucalipto, mas também com as montadoras de veículos, fabricantes de pneus, operadoras de turismo. E de acordo com Machado (2000) que faz uma análise econômica deste processo, mas que em momento algum tenta minimizar os impactos desta atividade sobre todo um ecossistema, sugere que pensemos

que a relação economia-natureza, em seus padrões de produção e sociais, baseia-se na magnitude do investimento, na escala de produção e na planta industrial em tempo e espaço, na manutenção dos estoques de árvores e madeiras, no mercado consumidor de papel e celulose, nos preços internacionais, no ambiente e no mercado fundiário regionais, ou seja, traz uma lógica capitalista industrial de longo prazo. Isso vem caracterizar a implantação do modelo produtivista no campo, no Extremo Sul do Estado (MACHADO, 2000, p.51).

A exploração do eucalipto plantado se apresenta, atualmente, como uma atividade de projeção com longa vida, se levarmos em consideração que o planeta vai sempre necessitar de papel e que a conservação dos biomas é uma preocupação de todos no que tange a extinção de sua fauna e flora. No aspecto estrutural, a característica dos investimentos e a fixação das fábricas (mini-cidades), em forma de grandes pólos, nesta parte da Bahia, não podem ser retirados de uma hora para outra. Outros fatores

contribuem para a longevidade do eucalipto na região, como por exemplo, o fato de que desta planta não resulta somente na produção do papel, mas uma gama de produtos que são utilizados em diversos setores da produção, e, de uma certa forma, estão longe das crises econômicas. Pelo lado biológico, até o momento, não se têm registros de que há uma praga que afete de maneira a destruí-la, e as áreas onde é cultivado estão fora das rotas dos azares climáticos. E no que se refere a utilização de papel em escala mundial, ela é proporcional ao avanço tecnológico. O uso de computador exigiu mais utilização do papel, o que muitos pensavam ser um paradoxo. “A indústria florestal com base em plantios homogêneos no país é uma realidade, com tendência de expansão” (BOHRER, 2002, p.246). Este também é o pensamento que captado entre aqueles que fazem parte de toda a cadeia produtiva do eucalipto para os próximos cinquenta anos. Este sistema produtivo apresentado por esta atividade levou a tratar o eucalipto como o símbolo de um novo ciclo na economia regional, assim como foi o cacau, o extrativismo vegetal, e a pecuária, e, que como todo grande projeto, caso não seja pensado holisticamente, produz situações e pensamentos antagônicos quanto aos seus efeitos nos elementos físicos e na sociedade, isto é, no espaço.

### **O eucalipto é o novo inferno verde?**

Na década de 1970 foi elaborado um forte plano de desenvolvimento de colonização da Região da Amazônia, promovido pelo governo federal, através da expansão da fronteira agrícola e a construção de grandes eixos como a Belém-Brasília. Para Machado, L. (1995, p.193) a intervenção estatal no povoamento e valorização das terras amazônicas foi decisiva, no período (1965-85)”, não por ter sido algo novo, mas por articular o capital privado com o internacional uma colonização com maior grau de modernização pelo emprego de técnicas mais modernas voltadas para uma maior produção. Isto só foi possível porque houve uma “farta concessão de incentivos fiscais e isenções a empresários dos setores agrário e industrial” (LOURENÇO, 2001, p.357). Porém, vários discursos políticos da época mostravam explicitamente o objetivo de devastar a Amazônia, que era vista como um grande inferno verde, por conseguinte, esta paisagem teria que ser domada ou exterminada.

As florestas de eucalipto ou plantações arbóreas, como Ignacy Sachs prefere chamá-las, têm despertado, no Extremo Sul da Bahia, grandes debates sobre o seu avanço. Em outras regiões onde foram implantadas a mais tempo houve uma acomodação, isto é, ajustes entre a sociedade e esta cultura. Como o Extremo Sul é uma região que se encontra num estágio de instabilidade, pois, “marca as relações da empresa com o seu entorno, isto é, com outras empresas, as instituições e o próprio território, já que existe uma necessidade de readaptação ao mercado e ao consumo” (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p.298), é perfeitamente normal que aconteçam os debates sobre o seu futuro.

Relendo alguns autores que investigam os diversos tipos de ocupação no Brasil e a modificação do meio, percebe-se que em nenhum momento da história de ocupação do território brasileiro há registros de que a atividade econômica baseada no plantio do eucalipto foi responsável pela destruição da vegetação nativa. Andrade (1998) faz um resumo histórico da ocupação de algumas regiões brasileiras combinado com diferentes atividades econômicas e suas repercussões na vegetação nativa. Por exemplo, no Recôncavo Baiano a floresta foi devastada, quase que por total, para o plantio da cana-de-açúcar, abastecer as fornalhas dos engenhos, às locomotivas e consumo doméstico; no Sul da Bahia a mata foi destruída para ceder à cultura do cacau; a construção da rodovia Rio-Bahia contribuiu socialmente com o povoamento Espírito Santo, Vale do Rio São Mateus, e Minas Gerais, no Vale do Rio Doce, e ao mesmo tempo a mata foi sendo retirada para a introdução de lavouras e pastagens.

Portanto, historicamente, a atividade eucaliptica não teve nenhuma interferência na espoliação da vegetação nativa no Brasil, pois, anterior a implantação da monocultura do eucalipto, teve-se a introdução de diversos tipos de monoculturas, pastagens e o extrativismo vegetal. Sempre que preciso, é necessário fazer um corte na história para entender como determinada atividade econômica repercutiu no seu espaço de atuação. Drew (1986), por exemplo, que fez um estudo sobre a evolução da paisagem inglesa, remete ao Neolítico para mostrar o início das transformações do território da Grã-Bretanha através da agricultura que devastou grandes áreas de florestas nativas. Por isso, a relevância do método em observar os cortes, ou periodização, na história para que se possa esclarecer o que se configurou como um processo necessário para a estabilização do ser humano no planeta, e qual é o momento em que o mesmo começa a

degradar somente para a obtenção de lucros. É importante lembrar que conforto em estabelecer diálogos sobre a relação sociedade e natureza nos dias atuais se deve ao desenvolvimento intelectual do ser humano e do sacrifício da natureza em prol da formação dos lugares.

No Extremo Sul da Bahia o cultivo do eucalipto foi introduzido em áreas desgastadas por uma pecuária que não se modernizou para atender as exigências do mercado (salvo pouquíssimas exceções) e uma lavoura disforme, onde parte da vegetação nativa se regenerou espontaneamente formando a chamada “capoeira”. A ingerência dos negócios, azares climáticos, a falta de uma política pública direcionada para estes setores, mudanças bruscas na economia mundial com desvalorização de algum produto que atingiram pecuaristas ou agricultores, não podem ser atribuídas à ação do eucalipto. Num mundo capitalista as relações de negócios se realizam através dos interesses das partes envolvidas, levando a criação de novos arranjos espaciais. Singer (1979, p.214) explica que “o desenvolvimento é crescimento mais mudança, e esta, inevitavelmente, tem uma dimensão geográfica”, e isto é que transforma mundialmente as regiões, principalmente, no que se refere a economia, pois, uma região que no passado produzia café, hoje pode estar produzindo laranja. Um pensamento corroborado pela análise de Santos (1996, p.68), de que “A paisagem não é dada para todo o sempre, é objeto de mudança. É um resultado de adições e subtrações sucessivas. É uma espécie de marca da história do trabalho, das técnicas”. Por isso, pensamos ser questionável posturas radicais que atreladas a um ecologismo fundamentalista prega um comportamento ortodoxo do uso do meio ambiente.

Não é encerrando as pesquisas sobre a atividade do eucalipto sob uma ideologia impregnada de ecologismo radical que irá garantir o desenvolvimento do Extremo Sul tampouco, será afirmar que o aumento dos impostos arrecadados provenientes do eucalipto se traduz em desenvolvimento não ajuda a compreender o significado de sua amplitude geográfica. Qualquer uma das propostas tratadas isoladamente será contraproducente para se entender a dinâmica da região. De certo que as empresas do eucalipto não conseguiram preencher as necessidades na área da empregabilidade dos municípios que estão ao seu redor. Por outro lado,

não significa que os efeitos dos empreendimentos sejam nulos em todos os níveis. A instalação de tais empreendimentos em regiões pobres acaba por representar uma elevação do nível médio de renda da população local, já que

surge um volume razoável de empregos formais modificando as relações vigentes. (PEDREIRA, 2004, p.1017).

Entretanto, pode-se afirmar que a introdução do eucalipto no território do Extremo Sul da Bahia causou um grande impacto, independentemente, da óptica analisada, daí a importância de verificar as particularidades deste “complexo indústria-floresta de papel e celulose” (SILVA, 2001) para não caíamos numa discussão sobre o bem e o mal em relação a esta atividade. É incontestável a afirmação de que a monocultura do eucalipto transforma a paisagem, isso é inerente a qualquer outro tipo de monocultura ou grandes projetos, contudo, a celeuma criada em torno do eucalipto ainda carece de muitas pesquisas por parte das suas correntes antagônicas. Existem modelos que obtiveram sucesso, alguns fracassaram e outros estão sendo testados.

Quanto a questão ecológica, ainda não está claro a mensuração de um possível desequilíbrio ecológico causado pela atividade do eucalipto. No entanto, são inegáveis os seus impactos, principalmente, através do visual. Alguns estudos apontam para uma comparação entre as florestas de eucaliptos e as nativas explicando que as primeiras nunca irão substituir as segundas, porém, está não é sua função. Portanto, um estudo embasado numa analogia simplória entre estes dois ambientes não trará muita contribuição para uma compreensão mais ampla dos seus efeitos sobre um determinado espaço. Por outro lado, este campo dos efeitos biológicos no solo, raramente, pertence à alçada do geógrafo, que tem sua contribuição mais efetiva quando elabora uma análise dialética sobre os impactos desta atividade no espaço e no tempo em que ela acontece.

Existem respeitados estudos sobre possíveis danos ambientais causados pela plantação de eucalipto, como por exemplo, os que apontam para um alto consumo de água. Mas, também seria de grande contribuição estudos que enfocassem os impactos deixados nos solo e na sociedade após o seu uso extensivo. Na região cacauzeira, ou Litoral Norte, os impactos sociais, econômicos e ambientais, causados pela crise da vassoura-de-bruxa (*Moniliophthora perniciosa*), ainda são visíveis. É possível que exista um hiato onde possa verificar a transição de antigas áreas rurais para as florestas de eucalipto, carecendo de uma análise que ilumine novas questões. Segundo Monteiro (1981, p.124), “todos os nossos atrasos nas questões social, política e ambiental devem ser fundidos em uma só perspectiva, pois que cada uma delas, isoladamente, é uma dimensão das outras”. Isto significa pensar que a construção de uma sociedade

ecologicamente correta não está desconectada da educação, da economia, da cultura, da história, dos avanços tecnológicos e da evolução da capacidade de pensar do ser humano. Acomodar ou apenas apontar críticas o que está feito de maneira equivocada ou que aconteceu num dado momento da história na construção de um espaço corre-se o risco de estagnação científica e pouca contribuição para um planejamento espacial futuro. Daí, a importância de se fazer análises antes de propor soluções imediatistas.

Em resumo, pode-se entender a dialética desta atividade econômica da seguinte forma: se se quer exterminar as florestas homogêneas, que tornam paisagens monótonas e afeta a produção de alimentos, será, então, preciso fornecer uma outra via para a produção dos derivados da celulose em larga escala e sem o risco da monocultura. Isto é, se a monocultura for a principal questão. Na outra extremidade da questão entende-se que ao optar pela continuidade dessas florestas será fundamental rever alguns pontos que estabelecem a dicotomia entre desenvolvimento econômico e a degradação ambiental.

Ao expor a monocultura do eucalipto com suas contradições, este trabalho também chama a atenção para questionar outros tipos de culturas homogêneas desenvolvidas em grandes extensões de terras que também não servem à sociedade brasileira, mas aos mercados internacionais. Não se deve pautar por uma análise maniqueísta do eucalipto. Tem que encontrar imaginar outros meios de sua utilização para que haja uma compensação social. Afinal, esta atividade parece ter perspectivas de longevidade na região. Por isso, não basta a empresa cumprir somente as metas ambientais, sendo certificada pelos grandes selos de qualidade e atingindo todas as numerações dos ISO's, se não tem um projeto eficaz na área social. As tensões entre empresa e determinados grupos da sociedade continuarão a existir. Neste caso, propostas moderadoras como, por exemplo, a de Monteiro sobre a questão ambiental no Brasil seria de grande valia para um possível entendimento entre as correntes contrárias. Ele crê que

a atitude razoável no caso brasileiro, onde o nosso esforço de desenvolvimento não deve girar, exclusivamente, em termos predatórios ditados por exagerado imediatismo econômico, mas também não deve limitar o desenvolvimento em nome de uma poupança avara de recursos e de um equilíbrio ecológico discutível. (MONTEIRO, 1976, p.144).

## O eucalipto no campo

Uma outra polêmica gerada pela monocultura do eucalipto é a de que esta vem desconfigurando ou exterminando a agricultura do Extremo Sul da Bahia, contudo, é importante voltar à história regional para verificar a procedência destes questionamentos. Em primeiro lugar, deve-se atentar para o fato de que no rol das atividades econômicas que foram preponderantes para a povoamento e crescimento da região a agricultura não figura entre elas. Um outro ponto a destacar é que o Extremo Sul da Bahia depois do cacau e da extração vegetal sempre foi um território de latifundiários da pecuária, o que impediria a sobrevivência prolongada de qualquer sistema produtivo baseado na subsistência. E, por último, os plantios de frutos, como o mamão, são feitos em grandes propriedades que procuram agregar valores a sua produção visando o mercado externo. Então, onde estão ou para onde foram os pequenos produtores? Esta classe de produtor rural sempre foi viveu sufocada, no limite da subsistência, seja pelas precariedades estruturais ou pela falta de investimentos do poder público. Oliveira (2000, p.481-482) relata que “quando se estuda historicamente a estrutura fundiária no Brasil, ou seja, a forma de distribuição e acesso à terra, verifica-se que desde os primórdios do período colonial essa distribuição foi desigual”. Isso pode explicar uma seqüência do uso e apropriação do solo, porém, mostra que a mentalidade colonizadora continuou.

Alguns estudos mostram que os pequenos agricultores e trabalhadores rurais em geral perderam suas condições de produção em relação à chegada do eucalipto na região. Duas situações são colocadas neste contexto: a primeira está ligada à venda de grandes fazendas para as multinacionais do eucalipto, o que colabora com o desemprego do vaqueiro, do capataz, do gerente da fazenda e de todas as pessoas que vivem dentro de uma estrutura rural. Uma outra situação é a que mostra a fragilidade e por fim a “rendição” de médios e pequenos agricultores, que cercados pelas florestas de eucalipto e, não raros com dívidas expressivas, não conseguem resistir ao assédio econômico dessas empresas, então, passam a produzir “matéria-prima para a grande empresa, fazenda, *plantation*, fábrica, agroindústria. Pode inclusive estar obtendo assistência técnica, créditos e preços mínimos garantidos pela grande empresa” (IANNI, 2002, p.39). Assim, outra questão é posta: onde estava o Estado nos períodos de transições



econômicas pelos quais a região passou? Talvez impossibilitado de lutar contra os incentivos fiscais que o Governo Federal oferecia para as grandes empresas do eucalipto, preferiu ser um mero beneficiário, deixando os pequenos agricultores sem uma política que os protegesse das agruras do mercado.

Em entrevistas realizadas com dirigentes de sindicatos e funcionários de órgãos ligados a atividades rurais em Eunápolis observou-se que existem duas variáveis que permeiam as respostas sobre a relação do campo com as florestas de eucalipto. Uma justificativa é comum: o fato da região ser pouco assistida pelo governo estadual desde a sua formação. As políticas para o pequeno agricultor, sempre carregadas de barreiras na aquisição de financiamento, não contemplam a sua necessidade essencial, que é a permanência no campo, ao contrario, encaminha-o para a cidade. O resultado desta transição, geralmente, é desastrosa para o ex-camponês. Uma das variáveis que contribui para este panorama é dada por Oliveira (2000, p.474): “[...] o número de estabelecimentos que conseguem financiamentos agrícolas no Brasil é pequeno [...]. Em 1985 mais de 5 milhões de estabelecimentos, ou seja, mais de 87%, não utilizaram financiamentos agrícolas”. Enquanto as empresas de papel e celulose recebem subsídios, paulatinamente, do Governo Federal para a expansão de seus pólos de produção industrial e plantio, o camponês dono de estabelecimentos até 10 ha encontra dificuldades para se beneficiar dos financiamentos agrícolas. Assim, não seria difícil prever que houvesse no Extremo Sul da Bahia um processo de eucaliptização ou qualquer outra monocultura que se tivesse bons rendimentos na região.

Partindo do principio que a existência da cidade tem uma relação direta com a produção no campo - mora-se na cidade porque tem alguém cultivando em algum espaço rural - e considerando que o pequeno agricultor tem uma participação fundamental para o abastecimento dos núcleos urbanos, independente da sua dimensão territorial ou demográfica, se faz mister pensar num modelo que promova a sua inserção na economia nacional, sem, contudo, tirá-lo do campo. A continuidade da agricultura de subsistência, nos dias atuais, não é justo social e economicamente, tendo em vista que ela se baseia no uso de “técnica primitiva, pré-industrial, não se beneficiando, nem da divisão racional do trabalho, nem do emprego de instrumental moderno, nem dos conhecimentos conquistados pela ciência, inacessíveis para o camponês” (RANGEL, 2000, p.70). Estas características são visíveis nos números apresentados por Martine e

Beskow (1987, p.32): “em 1980, 72% de todos os estabelecimentos não dispunham sequer de um arado, seja de tração mecânica ou animal. Entre os 2,6 milhões de estabelecimentos com 10 hectares ou menos, somente 13% tinham tal implemento”. E o ritmo de investimento nessa categoria de estabelecimento rural não mostrou uma evolução satisfatória, a não ser através de alguns programas de assentamentos.

Assim como a sociedade urbana, a população que vive no e do campo modificou-se e as suas necessidades e dificuldades não são as mesmas de 30 anos atrás. O pequeno agricultor mudou, pois ele é parte da nova relação campo/cidade. E a sua sobrevivência no campo depende fundamentalmente de mudanças no seu sistema de produção que promova uma agregação de valor aos seus produtos. Por isso “a pequena produção deve ser apoiada, com o agricultor utilizando tecnologias apropriadas, e passando por um processo de crescimento técnico, econômico e social” (SILVA, D. 1999, p.04), propiciando ao homem do campo uma maior rentabilidade. Essas medidas permitirão mudanças num sistema de produção que está obsoleto frente as atuais dinâmicas sociais e econômicas.

Confinar o pequeno agricultor através do discurso de que ele só necessita ter terra para plantar e comer, é uma perversidade de quem, simplesmente, não o quer integrado a sociedade. Rangel (2000, p.70) pensa que seria um “desserviço a esses mesmos camponeses alimentar suas ilusões, ao invés de organizá-los para que assumam ativamente o papel que lhes cabe, nos quadros da nova economia que está surgindo”. Por isso, discordamos de que o modo tradicional no campo “garantia, ainda que de forma precária, a manutenção à sobrevivência de grande parte do campesinato” (PEDREIRA, 2004, p.1014). É interessante lembrar que a cultura de subsistência nasce dentro dos grandes latifúndios onde era praticada por escravos com o objetivo de tornar estas estruturas auto-suficientes, ou era exercida por pequenos agricultores livres que eram

simples agregados dos grandes proprietários de terras e de escravos, os quais lhes cediam por empréstimo pequenos lotes de terra para cultivo [...]. Devido a isso, eles eram freqüentemente paupérrimos, vivendo em condições materiais um pouco melhores que as dos escravos. (SZMRECSÁNYI, 1997, p.15).

A agricultura de subsistência do passado, onde o homem plantava para comer e o excedente ele levava para as feiras-livres, é também inviável para uma integração dos lugares. Também, se verifica que há uma espécie de acomodação no sentido de não se

fiscalizar as condições dos trabalhadores rurais que não têm carteira assinada, parece que basta a sua vida rudimentar no campo. Porém, isto, representa um empecilho quando chega o momento de conseguir uma aposentadoria. É preciso lembrar que nas primeiras Constituições do país o trabalhador rural não teve sequer citações sobre os seus direitos. Somente na Constituição de 1934 é que “se observa pela primeira vez uma mudança drástica de postura do Estado brasileiro perante as relações de trabalho em geral [...] que instituiu o chamado usucapião legalmente regulamentado em 1981” (SZMRECSÁNYI, 1997, p.95). Porém, a lei não se traduziu numa melhoria de vida do homem do campo, haja vista que muitos dos seus pontos não foram cumpridos como, por exemplo, a fixação do homem na terra e a sua educação formal.

Poderíamos acrescentar ainda um outro elemento fundamental para a evolução das pessoas que vivem num ambiente rural, que é a falta de um sistema de ensino que dê condições para seu aprimoramento. Ou os filhos dos camponeses terão que ficar confinados às escolas rurais precárias de ensino fundamental, ou ainda devem se contentar com os cursos técnicos, sem a oportunidade de chegarem a um curso de graduação? Entendemos que estas questões devem ser colocadas nos debates, pois ao contrário seria estabelecer uma situação de conformidade para os pequenos agricultores e de conforto para aqueles que têm acesso a todas as benesses que o urbano pode oferecer.

Em relação a inclusão do camponês na economia em todos os níveis e conseqüentemente a sua permanência no campo, nos agrada a proposta de Machado (2004, p.940):

a noção de uma agricultura familiar solidária consiste na idéia de que um projeto de desenvolvimento sustentável do Brasil baseia-se, sobretudo, na aliança e na parceria dos agricultores familiares das diversas regiões do país. Isso significa, inclusive, a possibilidade de subvenção de uma agricultura familiar de um determinado território por outro, como forma, no curto prazo, de reduzir as desigualdades sociais e regionais.

De acordo com Romeiro (1992, p.379-380) no Brasil “o processo de modernização da agricultura efetivamente se fez em detrimento da pequena produção camponesa”, mais especificamente na metade da década de 1960. Portanto, neste período, não se vê sinais de modernização do campo no Extremo Sul da Bahia, até porque o Coronelismo ainda estará no seu apogeu.. A interpretação de alguns fatos históricos da economia agrária do Brasil e da região é importante para que não se

busque uma análise imediatista, negligenciando uma seqüência cronológica dos acontecimentos que fizeram com que o Extremo Sul da Bahia se tornasse uma referência na monocultura do eucalipto, pois, “a crise agrária brasileira não é fato novo. Precedeu o atual processo de industrialização” (RANGEL, 2000, p.74). O que não justifica eximir a responsabilidade das empresas de eucalipto em apresentar propostas compensatórias, não só quanto a interferência no meio ecológico, mas principalmente para a sociedade que está no campo sendo sufocada por suas florestas homogêneas. Isto, se ela deseja colaborar com o desenvolvimento amplo da região.

Um dos programas efetuados pelas empresas é o de fomentar a produção de eucalipto junto aos produtores rurais, o que seria uma maneira deles não perderem suas propriedades. Seria um tipo de arrendamento mais toda a assistência técnica para o plantio e a colheita. No entanto, alguns dirigentes sindicais dizem que as exigências, por parte das empresas, das dimensões das áreas plantadas nas propriedades não permitem ao agricultor diversificar sua produção. Uma outra queixa dos entrevistados é quanto a espécie produzida, eles gostariam que fosse plantado o “eucalipto alternativo”, que poderia servir para a fabricação de outros produtos, que não fosse somente voltado para a industrialização da celulose.

Mas, o avanço do eucalipto não se dá somente sobre os pequenos e médios produtores rurais. Os proprietários de grandes fazendas também são influenciados a vender suas terras ou participar de maneira mais ativa na produção de eucalipto. Na visão de negociadores de terras aqui da região, seis variáveis seriam responsáveis por este novo panorama no campo: 1) outra opção de investimento, não quer trabalhar mais no campo, então opta por uma atividade urbana; 2) desânimo com a atividade, a partir do momento em que o que é do produtor desvaloriza e o que é para o produtor tem alta valorização cria uma desilusão com a terra. Esta seria a causa principal apontada pelos negociadores de terra; 3) motivos de herança, pois quando se divide uma terra nem todos os herdeiros tem a vocação para atuar na atividade rural e assim sofre varias divisões; 4) desavença familiar, é comum aqui na região o homem ter mais de uma família e isso gera brigas na hora da divisão da propriedade; 5) dívidas, sem condições de saldarem os compromissos adquiridos através de empréstimos o proprietário vende a terra; e 6) inaptidão para trabalha com a terra. Dentro desta lista é claro que está intrínseca a questão da crise financeira pela qual o campo pode passar, até porque a

atividade no meio rural não depende exclusivamente dos seus equipamentos, pois a dinâmica climática é uma variável preponderante na indicação de uma boa safra ou não. É fato que o grande produtor rural passou por crises financeiras, mas também é fato, sempre foi privilegiado pelos programas federais em detrimento dos pequenos produtores, e isto, lhe dá uma posição mais confortável para negociar suas terras, ainda que esta não seja a sua intenção; e quando optam pela produção de mudas para fornecer as fábricas, dizem que estão utilizando uma área ociosa da fazenda.

O modelo adotado no manejo das florestas de eucalipto no Extremo Sul da Bahia diferencia da exploração que houve das grandes madeiras do passado que atuaram de forma vigorosa e predatória nas matas nativas. No entanto, as florestas homogêneas ocupam grandes extensões de terras, até porque o espaço é vital para as empresas que fazem a sua exploração, pois necessitam cada vez mais de áreas para aumentar sua produção, podendo afetar de maneira significativa outras cadeias produtivas da região e projetos sociais como a reforma agrária. O crescimento desta atividade é visível na região tendo em vista do relevo que sua vegetação provoca, sobressaindo sobre a paisagem existente, e, também, como não é uma atividade histórica, qualquer nova área plantada é um sinal de avanço.

### **Considerações Finais**

No Extremo Sul da Bahia o comportamento do eucalipto diferencia dos exemplos das cidades de Aracruz (ES) e Telêmaco Borba (PR), pois, aqui encontrou cidades prontas, com alguma infra-estrutura, isto que dizer que não precisou construir bairros ou cidades, deixando de onerar seus acionistas. Apenas aprimorou o que havia e acrescentou outros elementos que beneficiaram as suas atividades. Apesar de ser o produto com mais visibilidade na economia da região e por tudo que repercute no meio social e ambiental, o eucalipto não estará só por muito tempo. Existe um outro concorrente, à sua altura, que aos poucos vai conseguindo conquistar territórios na parte sul da região, tecendo uma outra rede, que é a cana-de-açúcar. Sua expansão receberá uma atenção especial no decorrer da pesquisa. Portanto, num futuro próximo, o eucalipto poderá não ser a única monocultura presente nesta parte da Bahia.

Dessa forma, a paisagem do Extremo Sul ficará monótona, com grandes extensões de florestas de eucalipto, imensos canaviais e grandes áreas para pastagem, refletindo o caráter da economia mundial que, de certa forma, força a especialização dos espaços. Então, o campo perde a capacidade de produzir alimentos para os seus moradores e para os que estão nas cidades, passando a atender, tão somente, ao mercado.

A incapacidade de buscar alternativas que coloquem a sua população desempregada dentro da economia faz com que os dirigentes políticos se acomodem em apenas discursar sobre o feito de ter atraído uma grande empresa para o seu município, sem pensar nas conseqüências sociais, ambientais, culturais e econômicas que isso pode gerar. Diante deste discurso e sabedoras das debilidades dos nossos administradores públicos, as empresas passaram a ditar as regras em territórios totalmente abertos e fragilizados politicamente. Assim as grandes empresas criam ou recriam novas regiões, inclusive modificando o tipo de produção na terra.

## **Referências**

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia econômica**. São Paulo: Atlas, 1998.
- BACHA, Carlos J. C. O uso sustentável de florestas: o caso Klabin. In: LOPES, Inez V. et. al. **Gestão ambiental no Brasil: experiências e sucesso**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 95-123.
- BECKER, Berta. Não basta preservar a floresta. **Revista Desafios do Desenvolvimento**. Brasília. IPEA, v. n.11, p.10-14, jun. 2005.
- BOHRER, Cláudio B. de A. **O manejo de florestas tropicais e o desenvolvimento sustentável no Brasil**. Território e Territórios. PPGEU-UFF / AGB. Niterói (RJ), p.155-182, 2002.
- DREW, David. **Processos interativos homem-meio ambiente**. Tradução: João Alves dos Santos. São Paulo: Difel, 1986.
- FONTES, Ednice de Oliveira. **Organização do espaço e desenvolvimento regional no Extremo Sul da Bahia: os segmentos produtivos da celulose e do turismo**. 263 f. Tese (Doutorado em Geografia)- Aracaju: UFS/NPGEU, 2006.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **De portas abertas para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo, 2007.

FURTADO, Celso. Quando o futuro chegar. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sergio. **Brasil: um século de transformação**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.418-429.

GUIMARÃES, José R. Soares. A insustentável leveza da urbanização e do êxodo rural da Bahia. **Revista Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.12, n.3, p.179-189, dez.2002.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LOURENÇO, José S. Amazônia: trajetória e perspectivas. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sergio. **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.348-369.

MACHADO, Gustavo B. Do território produtivista ao território multifuncional. **Revista Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.13, n.4, p.933-950, mar. 2004.

MACHADO, Gustavo B. **Tendências e contradições na formação regional do Extremo Sul da Bahia entre 1950 – 2000**. 156 f. Dissertação (Mestrado em Economia), Salvador: UFBA, 2000.

MACHADO, Lia. A fronteira agrícola na Amazônia brasileira. In BECKER, Berta et al. **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1995. p.181-271.

MARTINE, George; BESKOW, Paulo Roberto. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In: MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo C. **Os impactos sociais da modernização da agricultura**. São Paulo: Caetés, 1987. p.19-39.

MONTEIRO, Carlos A. F. **A questão ambiental no Brasil (1960-1980)**. São Paulo: IGEOU-USP, 1981.

MONTEIRO, Carlos A. F. **Teoria e clima urbano**. São Paulo: IGEO-USP. Tese (Livre-Docência), 1976.

NUNES, Eduardo J. F. **Ordenação do território e desenvolvimento regional sustentável no Extremo Sul da Bahia 1960 – 2000**. 329 f. Tese (Doutorado em Geografia), Barcelona (ESP.): Universidade de Barcelona. Barcelona, 2002.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. Agricultura brasileira: transformações recentes. In ROSS, J.L.S. (Org). **Geografia do Brasil**. 3.ed. São Paulo: USP, 2000. p. 465-534.

PEDREIRA, Márcia S. Complexo florestal, desenvolvimento e reconfiguração do espaço rural: o caso da Região do Extremo Sul baiano. **Revista Bahia Análise & Dados**. Salvador, v.13, n.4, p. 1005-1018, mar. 2004.

PIQUET, Rosélia. **Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

RANGEL, Inácio. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

RAYKIL, Cristiano. Impactos socioeconômicos da monocultura do eucalipto e produção de celulose no Extremo Sul da Bahia. In: KOOPMANS, José. **Além do eucalipto: o papel do Extremo Sul**. Centro de Defesa dos Direitos Humanos/Teixeira de Freitas (BA), 2006. p.235-256.

ROMEIRO, Ademar R. Progresso técnico, organização da produção e condições de trabalho na agricultura. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v.46, p.377-397, jul./set.,1992.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento – crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 7.ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SILVA, Domingos N. Aspectos da formação do espaço agrário brasileiro. **Revista Bahia Agrícola**, Salvador, v.2, n.3, p.01, novembro, 1999. Disponível em [http://www.seagri.ba.gov.br/revista/rev\\_1199/esp\\_agra.htm](http://www.seagri.ba.gov.br/revista/rev_1199/esp_agra.htm). Acesso em: 03 de Julho, 2008.

SILVA, Sylvio B. M.; SILVA, Barbara-Christine N. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. Salvador: UFBA, 2003.

SILVA, Sylvio B. M. Formação de uma região dinâmica: o exemplo do Extremo Sul da Bahia. In: BENEDICTO, José Luiz Luzón; SPINOLA, Noelio Dantaslé. (coord.). **Desarrollo Regional**. Barcelona (Espanha): Xarxa Temàtica MEDAMERICA, 2001. p.51-76.

SINGER, Hans W. **Países ricos e países pobres**. Tradução: José R. B. Azevedo. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

SZMRECSÁNY, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2006.